MULHERES E ABANDONO DE MENORES EM CURITIBA: DAS IMAGENS DO PROGRESSO À CONSTRUÇÃO COLETIVA DE REPRESENTAÇÕES

Judite Maria Barboza Trindade*

Resumo. Este Artigo aborda questões correlatas ao abandono de menores, entre as quais, aquelas referentes às mulheres que, no momento da modernização da cidade de Curitiba, se obrigam a abandonar seus filhos menores. Essas mulheres abrem mão do pátrio poder sobre suas crianças, para que assim sejam protegidas pelo Estado e suas instituições, enquanto elas, as mães, buscam a inserção no mercado de trabalho. Confrontamos a situação das mulheres e o abandono de menores com as imagens do progresso na cidade de Curitiba na virada para o século XX.

Palavras-chave. mulheres, abandono de menores, representações.

Women and child abandonment in *Curitiba*: from the images of progress to the construction of collective representations

Abstract. This article discusses issues of child abandonment especially those referring to the women that in the modernization turmoil of the city of *Curitiba* were forced to abandon their children. These women gave up their legal authority over their minor children handing them over to be protected by the state and governmental organizations while the mothers tried to join the workforce. Women's plight and child abandonment are confronted with the images of progress in the city of *Curitiba* at the closing of the nineteenth century and the beginning of the twentieth century.

Keywords. women, child abandonment, representations.

Pesquisando o abandono de menores em Curitiba no início do século, tivemos a atenção voltada para várias questões correlatas, merecendo destaque o papel e a situação das mulheres naquele momento. Neste artigo, destacamos da parte três da Tese o retrato, ainda pouco nítido, dessas mulheres mães de menores. Deste contraditório podemos extrair alguns aspectos como, por exemplo, de um lado, as imagens da cidade e das mulheres e, de outro, os

* Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná (trindade@coruja.humanas.ufpr.br)

contrapontos que emergem aqui e ali sobrepondo outras imagens. Retrato este que vem revestido das contradições entre leis e normas, explicitadas em alguns discursos de cronistas e encontradas na documentação, que não deixa de ser o outro discurso.

Curitiba tinha em 1900 cerca de 50 mil habitantes e era a sétima capital de Estado em termos de população. Transitavam pelas ruas da cidade um número considerável de veículos, fazendo o transporte diário na cidade. Entre esses veículos, contavam-se 709 carroças de 4 rodas utilizadas no transporte de hortaliças e lenha, procedentes das colônias agrícolas que cercavam a cidade. Essas colônias hoje se tornaram bairros.

Não só de carroças se faziam as atividades de Curitiba. A cidade já possuía serviço telefônico, com cerca de 965 aparelhos, e ruas e praças arborizadas. Havia 26.175 metros de linha de bondes elétricos, e a utilização dos mesmos era crescente.

Tem Curitiba edifícios públicos que seriam notáveis mesmo em cidades de maior importância, tais como os do Paço Municipal, Palácio do Congresso, da Universidade, do Gymnasio, da Escola Normal... Serviços de assistência social beneméritos, como o Hospital de Caridade, Associações educativas e beneficentes ou simplesmente recreativas, os clubes, os grêmios, tem alguns delles, instalações próprias magníficas e se estimulam na eficiência...tem hotéis excellentes; casas comerciais idénticas às dos grandes centros; theatros modernos; cinco jardins públicos dos mais bellos do paiz e entre elles o passeio público, duas vezes maior que o do Rio de Janeiro (Martins, 1941:142).

A economia paranaense no período tem como base a exportação de erva-mate e de madeira e atividades de pecuária. Mas, além da predominante atividade primária, essencialmente extrativa e voltada para a exportação, encontra-se uma nascente indústria.

Em 1897, existia já no quadro urbano 449 casas comerciais; 15 engenhos de beneficiar erva-mate; 12 fábricas de barrica; 1 de desfilar fumo; 1 de phosphoros, 1 de colla, 1 de fotos, 1 de gelo, 1 de serralheiro; 14 de selleiro; 46 de sapateiro; 4 de tanoeiros; 1 de ourives; 16 de ferreiros; 4 engenhos de serra; 24 olarias nos arredores; 20 fornos de cal virgem em Tamandaré, a duas léguas de Curitiba.¹

Curitiba era, no final do século XIX e início do século XX, uma cidade de aparência bem européia, e na imprensa aparecem com frequência os poloneses, os polacos, os alemães, russos, franceses, italianos e suíços. São

¹ Costa, Mário J. Affonso da. *Paraná, contribuição para o estudo do comercio e das indústrias do Estado*. In: Vannuchi, 1977, p.34.

comuns os anúncios de cozinheiros(as) franceses, amas estrangeiras, cozinheira espanhola.

Os empregados estrangeiros eram preferidos por vários motivos, mas o que parece dominar todos os outros é a necessidade de intercomunicação: era preciso ser estrangeiro para entender a clientela no balcão e também para fazer compras e, em grande número de casos, para compreender os próprios patrões (Martins, 1955:194)

Também nas atividades produtivas, os nomes estrangeiros aparecem com frequência, tanto que, em 1903, ao se comemorar os cinquenta anos do Paraná, foi organizada uma exposição e constam como membros da comissão organizadora os Srs. Hauer, Schaffer, Solheid, Withers, Westphalen, Bielech, Eisenbach, entre outros. “A maior parte das firmas e pessoas que expuseram ostentavam nomes estrangeiros e entre os premiados não há praticamente nomes luso-brasileiros” (*Idem, ibidem*: 199).

Os historiadores e cronistas que se ocuparam em biografar aquele momento se esforçaram no sentido de nos passar a imagem de “uma cidade que, de sonolenta, pacata e provinciana, transformou-se, graças à ação benfazeja de seus governantes e índole de seu povo, numa urbs moderna, higiênica e ordeira, apresentada como cidade ideal e harmônica” (Boni, 1985:19).

Ela, porém, não está ilhada e não pode ser vista como um território imune às contradições daquele momento, em que

se estrutura uma economia global, única que realiza a proeza de atingir progressivamente as mais remotas paragens do mundo adensando uma rede de transações econômicas, de comunicações e movimentos de bens, dinheiro e pessoas ligando os países desenvolvidos entre si e ao mundo não desenvolvido. (Hobsbawm, 1988:95).

No final do século XIX, no bojo das transformações conjunturais, já referidas, a **questão social** assume uma nova qualidade e um volume inquietante, exigindo mudanças nas formas de seu enfrentamento. As mudanças sugeridas, requeridas e, em grau menor, implementadas parecem evidenciar a existência de uma categoria urbana especial, constituída de pessoas marginalizadas, homens livres preguiçosos, pobres vivendo de biscates, entre outros.

Nas principais cidades brasileiras, surgia

... da noite para o dia, uma perigosa **malta** de pessoas marginalizadas que ameaçavam a ordem vigente, seja como massa ativa nos constantes motins

urbanos; seja no exemplo negativo de um estrato que não vivia do trabalho “honesto”.

No interior dessa **malta**, destacava-se, pela primeira vez, o grupo de crianças e adolescentes. No período anterior, eram pouco **visíveis**, pois as crianças tinham como destino as Casas dos Expostos e os adolescentes trabalhavam como escravos (Pereira, 1994:98).

São inúmeros os trabalhos de pesquisa que, focalizando seus objetos em Curitiba, concordam que se explicitava, na passagem para o século XX, um discurso onde sobressaem as imagens sinalizadoras do progresso se esforçando para esconder as contradições que estavam concretamente postas naquele momento.

Era uma cidade que crescia e onde, segundo informava um almanaque de 1906, já se contavam naquele ano 77 ruas, 16 largos e praças, 6 travessas e as pitorescas chácaras já perdiam seu caráter campestre, onde “estão desaparecendo os *chalets* de madeira e ... os pobres e os sapos vão indo cada vez mais longe” e via se impondo uma nova forma de administrar buscando adequar a cidade à nova razão industrial e capitalista que se implementava.

As cidades, na entrada do século XX, tiveram no geral um impulso de crescimento, justificado por vários fatores: o forte afluxo de imigrantes, sobretudo na região sul; o implemento industrial com destaque para São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais; as novas atribuições político-administrativas das cidades ou capitais dos Estados e das cidades portuárias.

As capitais aproveitavam-se da riqueza de todo o país através dos impostos e do gasto público constituindo-se no mercado interno mais importante, acentuando-se a conjunção do poder econômico e do poder político, à medida que crescia o volume das operações comerciais e financeiras. Nas capitais, tiveram seus centros grandes intermediários, os banqueiros, os exportadores, os financistas, os magnatas das bolsas. E as burguesias dominantes buscaram que a fisionomia da cidade refletisse a imagem de um país próspero e moderno (Sohiet, 1989:29).

Ao mesmo tempo em que se ufanam do progresso, as cidades se inquietam. Esse é também um período do grande aflorar de um novo saber sobre o urbano. Isso nos obriga a focalizar não só o espaço geográfico - Curitiba -, onde reside o nosso objeto, mas também a especificidade daquele tempo que é a própria questão da urbanização, ou seja, como se dá a urbanização em Curitiba. Sem esquecer a especificidade que reveste cada cidade, como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre ou Curitiba, cada uma com uma coloração própria, encontramos um processo de urbanização extremamente assemelhado em todas elas.

A diferença é determinada sobretudo pela forma como cada uma delas se insere e se recorta no cenário nacional. Em algumas cidades, certas questões do social aparecem com gravidade maior, são mais profundas, mais realçadas e preocupantes. Enfim, são mais visíveis e essa visibilidade é dada também pela incidência maior.

Os problemas sociais se explicitam no interior do processo de aprofundamento da divisão social do trabalho, e a cidade se oferece como campo novo de luta a ser enfrentada tanto pela burguesia em busca de sua hegemonia industrial, como pelo proletariado que busca se constituir enquanto classe.

Curitiba reflete a mesma imagem, senão, como explicar o aparecimento de medidas controladoras de vadios, prostitutas, menores abandonados, crianças desprotegidas, mendigos e bêbados, personagens pouco condizentes com a imagem da cidade que, de “vilarejo que mal merecia o nome de capital”, começa então a receber as primeiras lufadas da modernização (Boni, 1985:13).

De nossa documentação emerge uma sociedade com todas as contradições pertinentes a modernização daquele momento. Nos depoimentos constantes dos arquivos do Juizado de Menores, pudemos observar diferentes sociabilidades e formas de convívio, como parentesco, compadrio e vizinhança. Formas estas que podem levar ora à concórdia, ora ao conflito ou disputas.

A ordem é quebrada em vários desses documentos, deixando emergir outras relações como as de gênero com destaque aos papéis atribuídos às mulheres. As mulheres estão agora chegando, cada vez em número maior, ao mercado de trabalho. Naquele momento, início do século XX, as mulheres estão sendo chamadas a desempenhar outros papéis importantes, além da educação e cuidados de suas crianças, atributo quase exclusivo das mães.

Em vários dos processos de abandono analisados, é revelador o papel atribuído às mulheres mães, com a expectativa de que elas se sacrifiquem pela prole. A mãe aparece com uma imagem ideal de alguém sempre disponível, com capacidade ilimitada de oferecer apoio e afeto e, além disso, responsável pela **preservação** e pela solidez emocional e de caráter da criança. A essas mulheres não sobravam muitas alternativas e eram, ainda, objeto de toda condenação moral caso não correspondessem às expectativas.²

Observamos isto claramente num rápido exame das razões de abandono nos processos de abandono de menores, onde encontramos

² Pesquisamos nos Arquivos do Juizado de Menores processos de abandono e perda do pátrio poder, nos Arquivos do Asilo São Luiz, nas fichas de qualificação de menores asilados e ainda nos Jornais da época.

inúmeras **mães** que, mesmo sendo indigentes e abandonadas por seus maridos, são evocadas como **responsáveis pelo motivo de abandono dos menores**. Vejamos um rápido ensaio de quantidade: uma caixa, contendo 36 processos, iniciados em 1923. São 21 os processos de abandono e em 19 deles a destituição do pátrio poder recai sobre a mãe.

Os motivos são os mais variados, como **indigência da mãe**; "mãe que vive dos salários, mas sem condições de exercer o pátrio poder; por falta de recursos". Não se leva em conta que às pessoas que vivem de salário faltam recursos porque, muito provavelmente, os salários são baixos e o custo da vida alto. Outras variações explicativas da indigência podem ser o desemprego, o subemprego e o abandono daquelas mães pelos pais das crianças.

É interessante observar que muitas dessas mães - **indigentes, miseráveis, paupérrimas, sem condições** - voltam depois ao Juiz requerendo seus filhos, que quase sempre lhes são restituídos depois de verificadas suas condições para mantê-los. Quando a devolução é indeferida, o motivo mais comum é falta de condições da mãe requerente, mas nesse caso é, também, comum apresentar-se outra mulher, tia ou avó da criança, que termina por obter a guarda ou a tutela na forma da lei.

Os processos evidenciam que algumas práticas são requeridas da população, por exemplo, uma expectativa de cordialidade e ajustamento nas relações entre homens e mulheres. Isto fica de tal forma implícito, tão vagamente definido, que até mesmo a pobreza é vista como delito, um desvio que se iguala à embriaguez ou à prostituição. Assim, o pátrio poder pode ser retirado porque os pais estão em constante estado de embriaguez, de vadiagem ou de pauperismo e, no caso das mães, somam-se a essas condições o fato de ser abandonada pelo marido ou ser meretriz, prostituta, de vida alegre ou até mesmo mulher da rua, portanto, pública.

Aos homens, a violência cai bem: é quase um atributo natural, da mesma forma que a embriaguez, a prática de abandonar, material e moralmente, a família e até mesmo o concubinato e bigamia. Das mulheres é exigido que cumpram seu dever de mãe e esposa, além de se lhes atribuírem a qualidade de **viga mestra** no ato de ensinar aos filhos os bons preceitos. Espera-se delas o sacrifício pela prole e posturas não de mulheres, mas sim de santas.

...As que se recusaram a obedecer aos novos imperativos sentiram-se mais ou menos obrigadas a trapacear e a simular de todas as maneiras. Alguma coisa, portanto, mudara profundamente: as mulheres se sentiam cada vez mais responsáveis pelos filhos. Assim, quando não podiam assumir seu dever, consideravam-se culpadas (...)

...Mesmo que, na verdade, elas não se sentissem inteiramente capazes de ser o que se queria que fossem, compreendiam e aprovavam o programa ideal que

lhes era traçado. Queriam sinceramente aproximar-se do modelo perfeito. Ora, este tendia a nada menos do que fazer da mãe uma santa (Badinter, 1985: 235-259).

Ao publicar *Criminalidade da Infância e da Adolescência*, Evaristo de Moraes externou sua preocupação com as causas do abandono elencando duas ordens de fatores: os individuais e os sociais. No primeiro caso, a hereditariedade é o fundamento e, no segundo, a influência do meio. Ele destaca, ainda, as causas familiares, apontando como justificativas, para a perda do pátrio poder, os casos em que os pais são classificados como negligentes, incapazes e indignos.

Valendo-se de vasta bibliografia, o autor procura definir as várias categorias, ao mesmo tempo que as relativiza ou as condena. Pela riqueza dos conceitos e preconceitos, vale a pena a citação longa.

À categoria de **negligentes** pertencem os pais que acarinhm demais seus filhos únicos, fazendo-lhes todas as vontades... reparou um capelão de uma prisão Norte-americana que, entre os jovens criminosos, haviam muitos desses...

Os **incapazes** (não) têm em geral a menor culpa... são, na maioria dos casos, vítimas das aperturas econômicas que afligem o proletariado e uma parte da chamada **pequena burguesia**...

Indignos são pais e parentes que, com completa ou incompleta consciência dos seus atos, animam ou excitam a entrada das crianças nos caminhos do vício e do crime, por vezes associando-se ao seu viver desonesto e contrário à ordem social... Em todas as cidades de grande movimento se deparam ocasiões de observar a indignidade de tais famílias corruptoras e exploradoras da infância e da adolescência (Moraes, 1927:31).

Quando analisamos os processos de abandono, verificamos a presença dessas definições nos pareceres dos juízes. Com destaque para os **negligentes** e os **indignos**.

Nos processos, é possível, ainda, apreender um discurso sobre abandono, sobre menores e mulheres, entre outros sujeitos, emitido por pessoas que naquele momento representavam estratos dominantes, como o juiz, o curador geral ou o escrivão. As falas destes, somadas às demais das testemunhas e dos **acusados** levam à construção coletiva de representações, às vezes fabulosas, que são tomadas como medida da **realidade social**.

Cruzando estes dados, dos processos, com as anotações dos livros de registro, sabemos a origem e a procedência dessas crianças. Elas eram encaminhadas sob várias formas, e isso ficamos sabendo pelas observações

anotadas no fichário. Eram apresentadas por delegados de polícia, governadores, damas de caridade, parentes, padrinhos.³

Muito embora o Asilo tenha sido criado com a finalidade de abrigar órfãos da gripe espanhola (1918-1919), os asilados órfãos de pai e mãe constituem a maioria. Supomos um número significativo de órfãos de pai, visto que a origem, ao entrar na instituição, é majoritariamente a mãe. Isso reforça a nossa hipótese de que as mulheres, uma vez viúvas ou abandonadas por seus maridos, tinham dificuldades para criar seus filhos, optando por abandoná-los, mesmo que temporariamente.⁴

Muitos pobres levavam seus filhos legítimos para o asilo para que fossem cuidados por um tempo não determinado que supomos fosse o suficiente para que voltassem a ter condições de retomá-los. E aqui se repete, mais uma vez, a prática européia em que os pais entregam de boa vontade seus filhos a sociedades que se dispusessem a criá-los. Isso até o momento em que “julgam terem (eles) idade suficiente, (então) os Pais os reivindicam a fim de explorá-los” (Donzelot, 1986:80).⁵ Muitos aguardavam condições financeiras para cuidar de seus filhos, ou também até que esses adquirissem uma idade e habilidade profissional para ajudar no próprio sustento e no dos demais membros da família, como pais e irmãos.

Nas fichas constam informações da escolaridade ou profissão, e supomos que a profissão seja referente ao momento em que ocorria o desligamento do Asilo, já que as profissões são aquelas oferecidas pelas oficinas daquela instituição. Assim, temos marceneiros, sapateiros, alfaiates e outras profissões menos comuns para a época, como tipógrafo, mecânico, datilógrafo, empalhador e guarda-livros, sendo que muitos deles têm como destino, ao sair do asilo, **empregar-se**. Dos 150 acolhidos no período, 66 saíram com alguma profissão e podemos somar a esses outros 10, que seguiram carreira sacerdotal ou militar.

Ao contrário dos expostos das rodas, durante os séculos XVIII e XIX, esses asilados da Primeira República não deixaram outras pistas que possibilitassem traçar a sua trajetória. Os expostos eram seguidamente acompanhados de bilhetes que buscavam explicar ou mesmo justificar o abandono, e assim acabavam por permitir uma maior identificação não só de crianças, mas também de quem as abandonava. Renato P. Venâncio fez dos

³ Dados constantes das fichas de Asilados do Arquivo do Asilo São Luiz. Doravante faremos referência apenas a Arquivo do Asilo.

⁴ Isto inferimos dos registros em fichas de asilados, onde consta o abandono pela mãe e o destino ao sair, **viver com a mãe**, em números muito superiores aos registro de **os pais** para a mesma informação.

⁵ Citando um livrete da União para Salvaguarda da Infância de 1885.

bilhetes encontrados nas rodas do Rio de Janeiro e da Bahia uma fonte muito rica de informações (Venâncio, 1995).

As informações para o abandono do século XX foram juntadas num trabalho de garimpagem nos fichários do Asilo São Luís e no Arquivo do Juizado de Menores, permitindo inferir alguns aspectos do cotidiano desse **processo de abandonar crianças**. São aspectos que estão ali apenas implícitos, mas que nos permitem, por exemplo, concluir que as autoridades, primeiro o Juiz de Órfãos e depois seu substituto, o Juiz de Menores, eram, com frequência, procurados pelos pais ou parentes interessados em reencontrar um menor abandonado. O interesse dessas pessoas era retirar o menor do asilo ou casa de reforma. O Juiz, então, consultava a direção dos estabelecimentos e, algumas vezes, a resposta era de que o menor não mais se encontrava ali, tendo se evadido ou sido liberado.

Os asilos, juntamente com os orfanatos, se constituíram como parte dos aparatos planejados e/ou executados como **solução ideal** para o problema das crianças que passavam a ser preparadas para entrarem na vida adulta. Aos responsáveis por essas crianças asiladas não restava provavelmente outra opção a não ser o abandono, ainda que temporário, em grande proporção, como forma de preservar esses indivíduos da miséria moral e material, bem como procurar uma alternativa de reforma de comportamento. Exemplo disto é o caso de pais, como o Sr. M. que afirma “estar o menor O. de 15 anos em perigo de perverter-se devido às más companhias, visto que o pai não tem tempo para educá-lo, pois trabalha o dia todo... pede intervenção do Juiz”.⁶

Esse processo é exemplar, inclusive pelo inusitado de tratar-se de um pai fazendo o encaminhamento, quando o usual era que as mães tomassem a iniciativa. Dos 266 processos de abandono pesquisados no Arquivo do Juizado, 158 são referentes a meninos e 108 a meninas.⁷ A grande maioria dos processos tem origem na denúncia de abandono e pedido de destituição do pátrio poder. Embora os processos se intitulem de abandono e perda do pátrio poder, oito deles são referentes a crimes de furto ou apropriação de bens variados, como um cavalo, uma bicicleta, um corte de casimira ou pequenas quantias em dinheiro. O pequeno crime servia de pretexto para toda uma argumentação de ordem moral sobre os comportamentos dessa população.

Entre os motivos para se solicitar o abandono, encontramos indulgência da mãe, falta de condições da mãe ou, mais raramente, do pai, orfanidade total, mãe quase indigente, ser o menor constantemente encontrado

⁶ Processo nº 410 cx. 5. A. J. M.

⁷ Pesquisamos ao todo 280 processos de abandono, porém 14 referem-se à mesma pessoa. Por exemplo J... foi abandonado e objeto de tutela.

na rua, péssimo procedimento da mãe sem parentes em condições de criar e orientar e ser a menor abandonada e pervertida moralmente. De todos os motivos alegados sobressaem-se aqueles que responsabilizam as mães. Dos 137 processos em que consta o motivo, 93 são referentes às mães.

As mães se esforçam mais tarde para mostrar, com provas e testemunhas, que tem plenas condições para reaverem seus filhos. Ou ainda procuram provar que a **falta de condições** é apenas temporária, podendo elas manterem seus filhos com a ajuda de parentes.

Refletindo sobre o abandono, no início da pesquisa, levantamos a hipótese de que o abandono era, naquela conjuntura, temporário, visto como uma forma de preservação dos menores, ao mesmo tempo em que os preparava para a cidadania, quase sempre via inserção no mercado de trabalho. Aventamos também a hipótese de que as mulheres veriam no Juizado e nos orfanatos um canal de ajuda, mesmo que complementar, no equacionamento dos problemas que elas enfrentavam no momento de transição em que estão entrando no mercado de trabalho, convivendo com formas menos ortodoxas de classificações, mas, ao mesmo tempo, enfrentando dificuldades de ordem moral e material.

Fica a sensação de que as mulheres, mães desses menores, trabalhavam, e muito, para complementar a renda do lar e mesmo, em muitos casos, mantê-los sozinhas. Isso apenas inferimos, entretanto, posto que este trabalho não recebe nos processos nenhuma adjetivação. Contraditoriamente, percebe-se que as mulheres que trabalham são penalizadas porque deixam seus filhos em abandono.

Não encontramos nenhum caso, entre os inúmeros de mulheres responsáveis por menores, em que o trabalho feminino ou a condição da mulher trabalhadora viesse revestido de alguma positividade. Pelo contrário, são freqüentes as denúncias de abandono porque **a mãe sai para trabalhar** deixando o filho, ou os filhos, em abandono.

As mulheres e os menores, no início do século, aparecem revestidos de uma preocupação contraditória: de um lado, são cobiçados pelo mercado de trabalho e, por outro, são considerados **fracos, indefesos**. Aparece a mulher no mesmo nível de fragilidade das crianças, sendo que “a situação e a condição femininas tendem a se identificar com a situação e a condição do menor” (Moura, 1988:12).

Também encontramos casos de mães compelidas a abandonar mais de um filho como, por exemplo, A..., que em 1919, entregou ao asilo seus filhos: O..., P..., H..., e P... Desses, apenas do primeiro não temos informações sobre o provável paradeiro ao sair do asilo; os demais foram saindo em 1922, 1930 e 1931, respectivamente, com dez, treze e dezenove anos, para trabalhar na Contadoria da Estrada de Ferro, para estudar no Juvenato Champagnhat e

para se empregar como guarda-livros. Foram asilados com idades variando entre cinco e dez anos.⁸ Embora não constem outras informações em suas fichas, é provável que tenham passado a residir com a mãe, constituindo uma ajuda financeira para esta, que era viúva, e para o restante da família. Supomos isto com base nas muitas fichas onde constam informações adicionais como “saiu com 17 anos, voltando a morar com sua mãe”.

Temos também o caso dos irmãos J... e J..., que foram entregues ao asilo por sua mãe, em 1921, e ali permaneceram 10 anos, tendo adquirido, respectivamente, as profissões de alfaiate e marceneiro. Ao saírem com quinze e dezessete anos, esses órfãos de pai voltaram a morar com sua mãe.⁹ Encontramos, ainda, H... entregando, sem motivo declarado, seus dois filhos, respectivamente, com dez anos e com sete.

O primeiro foi expulso nove anos depois, tendo terminado o curso primário e estudado até o 3º ano do secundário no Ginásio Paranaense. O motivo da expulsão foi **insubordinação**. Supomos o quão difícil seria para um rapaz, então com dezenove anos, permanecer no asilo. Sobre seu irmão encontramos que, aos dezessete anos e com a profissão de alfaiate, foi enviado ao Abrigo de Menores.¹⁰

Em que pese a importância do trabalho feminino fora do lar, o cuidado dos filhos era um problema que as mulheres, e somente elas, deveriam resolver. Destaque-se que

a sociedade não tem lhes oferecido qualquer tipo de infra-estrutura que lhes permita partilhar o cuidado com os mesmos, apesar da reprodução da força de trabalho ser essencial a sua sobrevivência. Tais males são acrescidos com a ideologia que libera o homem desse tipo de obrigação, tornando a mulher a única responsável pela socialização dos filhos (Sohiet, 1989:196).

Também procuramos contrastar leis e normas, tomando lei como a regra de direito, ditada pela autoridade e tornada obrigatória, enquanto a norma se liga a um modelo, um padrão de conduta. Assim, a norma referindo-se à conduta dos indivíduos é de tal forma fluida que o **normal** se confunde com o legal. A diferença é tênue, como já foi anteriormente ressaltado, dada sua aplicabilidade, pois “a lei se impõe por meio de um poder essencialmente punitivo, coercitivo, que age excluindo, impondo barreiras”, enquanto que a norma se explicita por **dispositivos** entendidos e compostos por “conjuntos

⁸ Isto ocorre com mais frequência nos Arquivos do Asilo e apenas dois casos nos Arquivos do Juizado de Menores.

⁹ Arquivo do Asilo. Ficha nº 31.

¹⁰ Arquivo do Asilo. Fichas nº 53 e 44.

de práticas discursivas e não discursivas que agem, à margem da lei...empregando uma tecnologia de sujeição própria” (Costa, 1989:50).

Vejamus um exemplo: “o curador de menores informa ao juiz que a menor M... encontra-se em abandono, visto que o pai é cego e sua mãe empregada em serviços domésticos e pobres”. Aqui lei e norma se confundem, não existe lei determinando que o Estado ou qualquer de suas instâncias tome para si a tarefa de acolher os menores filhos de pobres e/ou portadores de deficiências graves, como, por exemplo, a cegueira.

Tanto isso é verdade que o próprio pai argumenta dizendo “ter direito sobre a filha... uma vez que não foi retirado o pátrio poder”. Além do argumento da cegueira do pai e pobreza da mãe, justifica-se o pedido porque “em companhia do pai que pretende esmolar, jamais terá (a menor) a educação que seu sexo requer”. Supomos que, se fosse um adolescente do sexo masculino, a miséria e a companhia do esmoleiro lhe cairiam bem. O pai alega que se encontra em condições para sustentar a filha, mesmo que se separe da mulher (possibilidade sugerida no processo) posto que tem em sua companhia uma outra filha, M..., de mais de 30 anos.¹¹

Há evidências de uma estreita ligação entre judiciário, polícia e instituições, como asilos, orfanatos e prisões, projetando no imaginário as normas reguladoras das relações sociais que são acatadas pela maioria da população. Essas normas servem ainda de base na argumentação onde é pedido que seja decretado o abandono e perda do pátrio poder de menores. Como no caso da menor A., para quem é solicitado o recolhimento à escola de Preservação Feminina e que seja também a mãe destituída do pátrio poder.

Uma vez que R. a mãe é meretriz demonstrando comportamento irregular... em 1919 já havia tirado caderneta de prostituta... se entrega ao triste mister é conhecida nesta cidade como mulher pública é provadíssimo dos autos (que) pratica atos contrários à moral e aos bons costumes. O juiz após analisar o processo não tem dúvida e toma a decisão. **Em vista do que consta determino seja a menor internada na casa de preservação... onde receberá educação consciente.**¹²

Pela lei e pela norma, os filhos devem ser criados pelos pais. E pela norma, em lares estáveis com pais saudáveis, o que obviamente exclui a pobreza, mas é também evidente que não existe nenhuma lei explícita a esse respeito. É provável que o Juiz de Menores tenha levado em conta a inexistência de lei e o não agravamento da norma, porque, na conclusão, a menor foi entregue ao pai.

¹¹ Processo n° 434, cx. 4. A. J. M.

¹² A. J. M. Processo n° 9, cx.1. Sem grifo no original.

Poderíamos trabalhar nesse sentido vários processos, onde se confundem leis e normas, e se destacam várias relações como as de gênero, assim são os casos, vários, de menores que “tem por diversas vezes se evadido de casa” ou aqueles “cujas mães vivem de favor”. Levantamos a hipótese de que o abandono feminino não seguia a mesma norma do masculino, ou seja, às meninas não se oferecia de forma sistemática preparação para o trabalho, e não encontramos em nossa documentação nenhuma referência a essa preparação.

Supomos ainda que, dada a situação da mulher no início do século, essas meninas representavam um peso para seus pais e não uma esperança de passarem dentro de algum tempo a contribuir para a renda familiar, o que, aliás, não difere muito da situação observada para as **rodas de expostos**.

No entanto, não aprofundamos essa linha hipotética, posto que os dados são insuficientes para tal. Como não tivemos acesso aos arquivos do Asilo Feminino do Cajuru, não ficamos sabendo se lá existiam oficinas e cursos de preparação para o trabalho. Procuramos outras maneiras de avançar nessa discussão, através dos estudos sobre orfanatos e sobre a situação da mulher na passagem do século XIX para o XX, que apontam na mesma direção do nosso raciocínio (Nascimento, 1993).

Em inúmeros depoimentos encontramos pedidos para recolher o menor porque **a mãe trabalha fora e deixa em abandono** ou ainda as mães que deixam seus filhos, três e até quatro, no Asilo São Luiz e volta anos depois para buscá-los, alegando que já se encontra em condições para tê-los sob sua guarda. Isto reforça a evidência de que o abandono, no início do século, era em grande medida temporário e revestido de uma utilidade, que é o trabalho. Seja pela preparação de crianças pobres para assumi-lo, seja o cuidado dessas enquanto seus pais ou responsáveis, em maior número mães, buscavam formas de sustento, pelo trabalho. Não esqueçamos que no início do século XX era possível viver do trabalho.

Nestes processos, é possível apreender um discurso sobre o abandono, sobre menores e mulheres, entre outros sujeitos, emitido por pessoas que naquele momento representavam estratos dominantes, como o juiz, o curador geral ou o escrivão. As falas destes, somadas às demais das testemunhas e dos **acusados**, levam à construção coletiva de representações, às vezes fabulosas, que são tomadas como medida da **realidade social**.

Nesse ponto, o discurso policial introduz um outro elemento causador do abandono em qualquer de suas formas, que é a desorganização familiar, que resulta **na negligência, na incapacidade dos pais**, sendo ela, **em última análise, a causa primária da criminalidade infantil**. É essa a concepção que atribui à família a tarefa de educar nos bons costumes e para tal supõe um

lar tranqüilo, onde sejam dados pelos pais exemplos de harmonia, enquanto os lares onde ocorre o contrário

conduzem muitas crianças à vadiagem e ao crime. Algumas destas tem um legitimo horror da casa paterna. O pai embriaga-se, a mãe pragueja e bate-lhes, não há pão nem conforto. A um lar assim desorganizado, a criança prefere a rua, kalesdoscopio (sic) variado, que interessa a sua imaginação infantil. Um dia demora-se mais e não regressa a casa à horas. Quando se lembra de voltar, é noite. Receia que lhe batam. Fica na rua. E os paes não cuidam de procurar o filho extraviado. Assim se gerou um vadio.¹³

Vistos dessa forma, da análise dos processos vai emergindo uma concretude cujas imagens desfilam à nossa frente, como a **Travessa da Lapa**, hoje tão bonita e urbanizada, pontilhada que era de pensões suspeitas, habitadas por meretrizes que abandonavam seus filhos com cafetinas que os criavam como se fossem seus. Ou, então, a moça “enganada e em seguida abandonada grávida pelo noivo” e cuja vida termina sendo descortinada no Juizado de Menores porque a família, chefiada por uma **patente do exército**, pretende ficar com o filho, alegando que a mãe não tem condições para tal. Ou ainda, aquela menor de nome A..., que “aos 11 anos corre grave risco de perverter-se na companhia em que se acha, e deve pois ser considerada moralmente abandonada, nos termos da lei”. A má companhia aludida refere-se à mãe “R..., residente à rua Saldanha Marinho, de procedimento desregrado, que além de ser meretriz... que já em 1919 havia tirado caderneta de prostituta (que) é morphi-nomana”.¹⁴

O que emerge dessas falas é uma tradicional preocupação com o adulto formado, no caso meretrizes e mães solteiras, ou com o **adulto em formação**, a menor em grave risco de perverter-se ou os filhos criados por cafetinas. Essa opção evidentemente toma em conta o adulto, pois a criança só é considerada como uma etapa deste.

Essa mesma vertente levou ao realce e importância da família, quando o objeto era a criança. A criança, que quando tem voz, é apenas na esfera doméstica, onde está submetida ao pátrio poder. Essa constatação coloca já de início uma contradição, ou seja, qual é o espaço para as crianças que vivem fora da esfera doméstica e/ou excluídas dos limites do pátrio poder? Quase nunca se reconhece a individualidade da criança fora da esfera doméstica. E o mesmo ocorre com as mulheres mães suas falas são quase inaudíveis ou então pronunciada por outros, os promotores, as testemunhas, os juizes.

¹³ Relatório do Chefe de Polícia em 31 de dez. de 1925. p. xxxiii. *Ibid.*

¹⁴ As citações se referem aos processos nº 449, cx.5 e nº 9, cx. 1. A. J. M., respectivamente.

O que se constata, nesse pequeno e inicial ensaio, é que as mulheres pobres tinham em Curitiba no início do século XX, muitas dificuldades para conciliar suas tarefas de mãe e suas necessidades financeiras. Elas foram chamadas a ingressarem no mundo do trabalho, sem contudo receberem por parte da sociedade, incluindo empresas e Estado, nenhum suporte para a difícil tarefa de ser mãe e trabalhadora ao mesmo tempo.

Referências bibliográficas:

- ALMEIDA, Angela Mendes de *et al.* *Pensando a Família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.
- ARANTES, Antonio Augusto *et al.* *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- ARIÉS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BONI, Maria Ignes Mancini de. *O espetáculo visto do alto: vigilância e punição em Curitiba (1890-1920)*. São Paulo, 1985. (Tese de Doutorado/USP)
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.
- COSTA, Mário J. Affonso da. Paraná, Contribuição para o estudo do comércio e das indústrias do Estado. *In: VANNUCHI, Maria Ivone Bergamini. A indústria do papel no Paraná*. Curitiba, 1977. (Dissertação de Mestrado/UFRP)
- DONZELOT, Jacques. *A polícia das Famílias*. Rio de Janeiro: Graal. 1986.
- FARGE, Arlette. Famílias: a honra e o sigilo *In: História da vida privada: Da renascença ao século das luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. (v. 3)
- FLANDRIN, Jean-Louis. *Famílias: parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*. LISBOA: Estampa, 1992.
- FONSECA, Claudia. Pais e filhos na família popular (início do século XX). *In: Amor e Família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989.

- GALACHE, Florentina Vidal e GALACHE, Benicia Vidal. *Borde Y Bastardos: una história de la Inclusa de Madri*. Madri: Companhia Literária, 1995.
- GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- HAHNER, June E. *Pobreza e Política: os pobres urbanos no Brasil-1870/1920*. Brasília: Edunb, 1993.
- HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios. 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- MARCÍLIO, Maria Luíza (org.). *Família, Mulher, Sexualidade e Igreja na História do Brasil*. São Paulo: Ed. Loyola, 1993.
- MARTINS, Romário. *Quantos somos e quem somos*. Curitiba: Imprensa Gráfica Paranaense, 1941.
- MARTINS, Romário. *Terra e Gente do Paraná*. Curitiba: Fundação Cultural. Coleção Farol do Saber, 1995.
- MARTINS, Wilson. *Um Brasil diferente: ensaio sobre fenômeno de aculturação no Paraná*. São Paulo: Anhembi, 1955.
- MORAES, Evaristo de. *Criminalidade da Infância e da Adolescência*. São Paulo: Francisco Alves, 1927.
- MOURA, Esmeralda Blanco B. *Mulheres e menores no trabalho industrial: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- MOURA, Esmeralda Blanco B. Trabalho feminino e condição social do menor em São Paulo (1890-1920). *Estudos CEDHAL*, São Paulo, n. 3, 1988.
- NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. A pobreza e a honra: recolhidas e dotadas na Santa Casa de Misericórdia da Bahia. 1700-1786. In: MARCÍLIO, Maria Luíza (org.). *Família, mulher, sexualidade e igreja na História do Brasil*. São Paulo: Loyola, 1993.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PEREIRA, André Ricardo. Criança X Menor: a origem de dois mitos da política brasileira. In: Rollemberg, Denise (org.). *Que História é essa?* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- SOHIET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SOHN, Anne-Marié. Entre duas guerras. Os papéis femininos em França e na Inglaterra. In: *História das Mulheres - Século XX*. Porto: Afrontamento, 1995.

VANNUCHI, Maria Ivone Bergamini. *A indústria de papel no Paraná: 1890-1970*. Curitiba, 1977. (Dissertação de Mestrado/UFPPr)

VENÂNCIO, Renato P. O abandono de crianças no Brasil Antigo: miséria, ilegitimidade e orfandade. *História*. São Paulo, 14: 153-171, 1995.